

Comissão pede ao Banco Central que libere sigilos

Senadores da CPI dos Bingos irão hoje ao Banco Central exigir de Henrique Meirelles a liberação de pedidos de quebra de sigilo bancário, inclusive o de Waldomiro Diniz. A comissão será composta por Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves e Juvêncio da Fonseca.



INFORMAÇÃO Ao lado de Eduardo Suplicy e Ney Suassuna, Amir Lando (E) diz que depoimento de Roberto Jefferson deverá trazer fatos novos

CPI DO MENSALÃO DEVE OUVIR HOJE ROBERTO JEFFERSON

O presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando, confirmou para hoje, às 9h, o depoimento do deputado Roberto Jefferson, autor das denúncias de pagamento de mesada a parlamentares

da base aliada para que votassem a favor do governo. Amir Lando anunciou que a CPI ouvirá já na próxima semana o empresário Marcos Valério e seu sócio Cristiano de Mello Paz.

Diretora de agência reafirma versão de empréstimo ao PT



OPERAÇÃO Serraglio, Delcídio e Maguito ouvem Simone Vasconcelos contar detalhes dos saques no Banco Rural

Lista com nomes de 12 beneficiários de saques no Banco Rural é entregue por Simone Vasconcelos à CPI dos Correios

A versão do empresário Marcos Valério de que teria tomado emprestado mais de R\$ 50 milhões para repassar ao PT foi confirmada ontem pela diretora financeira da agência de publicidade SMP&B, Simone Vasconcelos. Em depoimento na CPI dos Correios, ela disse que providenciou documentos para a operação, mas negou que

tenha distribuído o dinheiro em malas. Simone informou que, em 2003, sacava pessoalmente o dinheiro e o entregava aos beneficiários. Depois, deixava a autorização para que o banco fizesse os pagamentos aos indicados. Posteriormente, a movimentação financeira passou a ser realizada por uma corretora e pela empresa Guaranhuns.

Páginas 3 a 6

Cade pode ter mais poderes para reprimir infrações

Foi aprovado ontem pela CCJ projeto que concede poderes ao Cade para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e o sistema financeiro. A proposta é do senador Antonio Carlos Magalhães.

Página 7



RESTRIÇÃO Projeto do senador José Jorge (D) contra o dízimo foi acolhido com emenda de Aloizio Mercadante

CCJ aprova fim do dízimo para os partidos políticos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta de José Jorge que proíbe os partidos políticos de cobrar contribuição obrigatória (o chamado dízimo) dos filia-

dos ocupantes de cargos na administração pública. Votado em caráter terminativo, o projeto segue para a Câmara se não houver recurso para que seja examinado em Plenário.

Página 7



DISCUSSÃO Mozarildo propõe debate no Senado e quer a presença de embaixador norte-americano

Mozarildo alerta sobre avanço militar dos EUA

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) expressou ontem preocupação, nos termos de sua análise, com a crescente presença militar dos Estados Unidos na América Latina. Ele citou, em Plenário, matéria do jornal *Correio Braziliense* intitulada "Os ianques estão voltando", de 31 de julho, na qual se afirma que, incomodado com a ascensão de governos de esquerda na região, aquele país busca reforçar sua presença militar em áreas estratégicas.

Mozarildo frisou que já existem bases e agências militares norte-americanas na Colômbia, no Peru e no Equador, além do Paraguai. O senador ressaltou que o assunto, contudo, não é do conhecimento da maioria dos brasileiros e até mesmo de algumas autoridades.

O parlamentar demonstrou interesse em levar o tema à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. Mozarildo disse, inclusive, que seria interessante convidar o embaixador dos Estados Unidos no Brasil para falar sobre o caso.

– Quero fazer esse alerta ao Brasil, à nação. Devemos debater esse assunto na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Agenda

MP do Salário Mínimo tranca votações

A pauta do Senado continua trancada. Hoje, em sessão marcada para as 14h, os senadores tentam votar a

Medida Provisória 248/05, que aumentou o salário mínimo para R\$ 300. Outra MP em discussão libera R\$ 30 milhões

ao Ministério da Integração Nacional. Os recursos se destinam às famílias da região Sul do país atingidas pela seca.

CPI do Mensalão ouve Roberto Jefferson

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) – foto – é o primeiro convocado para depor na recém-criada CPI do Mensalão, em reunião às 9h. Ele é o autor das denúncias de que o PT pagava mesada de R\$ 30 mil reais

para garantir o apoio de deputados, especialmente os membros do PP e do PL. O esquema seria operado por Marcos Valério, sócio de agências de publicidade que detêm contas de estatais e de ministérios.



Renan recebe presidente do Parlamento Europeu

O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência às 10h30 com o presidente do Parlamento Europeu, deputado Josep Borrell Fontelles. Às 15h, Renan conversa com o presidente

do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn. A pauta deve tratar da criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Às 16h, presidirá a ordem do dia em Plenário.



Aviação civil em debate

O projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (PLC 62/04) será discutido em reunião conjunta das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Infra-Estrutura (CI). A idéia é levar o texto direto ao Plenário depois

da votação do parecer do senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da matéria nas duas comissões. O senador já informou que o texto vai se concentrar na definição de um novo modelo para o setor, sem privilegiar uma ou outra companhia aérea.

Cotas e transplantes na pauta da CAS

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h, projeto que reserva 5% das vagas em universidades públicas para índios, sem exigência do vestibular (PLS 135/00), e proposta que

autoriza a retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde (PLS 126/02).



CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve, a partir das 10h, dois ex-dirigentes da empresa Gtech: Antonio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente, e Marcelo Rovai, ex-diretor de marketing. Está previsto também o depoimento de Enrico Gianelli, advogado que prestava serviços à empresa. Às 14h, a CPI da Terra faz reunião administrativa.

Votação de LDO sob risco

Está prevista para as 10h a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. O relator da matéria, deputado Gilmar Machado (PT-MG), acredita que a votação do parecer vai ser adiada novamente. Ele alterou a LDO para incluir a recém-criada Super-Secretaria da Receita Federal.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SOLUÇÃO Nezinho defende projeto de redivisão territorial para solucionar impasse entre os dois estados

Nezinho destaca litígio entre Tocantins e Bahia

Uma disputa territorial entre Tocantins e Bahia motivou o senador Nezinho Alencar (PSB-TO) a propor ontem um projeto de redivisão territorial entre os dois estados. Segundo o parlamentar, a área em questão é grande produtora de algodão, soja, feijão, milho e sorgo.

A Bahia defende, de acordo com Nezinho, que os limites sejam definidos pelas escarpas da Serra Geral, no sentido oeste-leste. "Já os outros estados, incluindo o Tocantins, advogam a fixação de fronteiras com base no divisor de águas entre as bacias do rio Tocantins e do São Francisco", esclareceu.



PERDAS Dificuldades para escoar produção causam prejuízos a indústrias catarinenses, diz Pavan

Pavan denuncia situação precária de rodovias

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou que recebeu abaixo-assinado de empresários e entidades públicas e privadas em protesto contra a situação da BR-101, BR-280 e BR-470. A não-duplicação da BR-470 e a má-conservação da BR-282, disse ele, causam prejuízos às indústrias têxteis e de carnes, grandes geradoras de receitas de exportação, aumentando seus custos finais em 5% em razão das dificuldades de escoamento.

– É difícil compreender o des-caso com os prejuízos de toda ordem em virtude da procrastinação do conserto dessas vias – reclamou.



Além de reforçar a versão do sócio da SMP&B, diretora financeira da empresa conta em detalhes a maneira como eram feitos os saques em favor de alguns políticos e entrega à CPI dos Correios lista com nomes de 12 beneficiários

Diretora confirma empréstimo de R\$ 50 milhões de Valério para o PT

A diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, confirmou à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, ontem, que o empresário Marcos Valério realizou empréstimos de “mais de R\$ 50 milhões” para o PT. Ela disse que providenciou documentos para a operação, mas negou que tenha distribuído o dinheiro em malas.

Simone Vasconcelos afirmou que o publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha vitoriosa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi um dos beneficiários dos recursos levantados pela agência para o PT, recebendo R\$ 15 milhões.

A diretora apresentou lista

com 12 nomes que teriam recebido dinheiro diretamente de suas mãos, entre eles João Cláudio Genu, assessor do deputado José Janene (PP-PR), e o deputado José Borba (PMDB-PR).

Responsável pela área financeira, Simone disse, após insistência do relator, Osmar Serraglio (PMDB-PR), que o faturamento da agência foi de R\$ 110 milhões em 2004, sendo o lucro de R\$ 20 milhões. Mas não soube explicar por que a movimentação da SMP&B foi de mais de R\$ 600 milhões.

A diretora explicou como funcionava o esquema para a entrega do dinheiro aos parlamentares e assessores. Para

alguns, ela sacava os valores e entregava dentro da agência, sempre sem exigir recibo. Algumas vezes, o Banco Rural chegou a oferecer “uma salinha” para que fizesse o repasse. Depois de algum tempo, o procedimento não foi mais necessário.

– Os funcionários já conheciam as pessoas, eu deixava o nome (do beneficiário) anotado no verso da autorização (para ela, Simone, sacar) e o banco pagava. Por isso há muitos saques em meu nome.

A depoente também afirmou só ter tomado conhecimento pela imprensa da queima das notas fiscais da DNA – por estar de férias – e negou que conhe-

ça o ex-ministro José Dirceu, o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira e o ex-presidente do partido José Genoíno. “Mas conheço o sr. Delúbio.”

Sua participação nas retiradas só foi direta em 2003. Em 2004, segundo Simone, Marcos Valério mudou a forma para os saques, que passaram a ser feitos “pessoalmente ou por meio de uma corretora”. Aqui entra a corretora Bônus-Banval e a empresa Guaranhuns: os depósitos feitos na primeira seriam para o PT e, na segunda, para o ex-deputado Valdemar Costa Neto, do PL.

O policial Davi Rodrigues Alves, que também sacou dinheiro da SMP&B, depõe hoje.



EXPLICAÇÃO Aloizio Mercadante cita declaração em que ministro esclarece ligação com Delúbio

Mercadante lê nota em defesa de Ciro Gomes

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) leu nota do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre menções do nome de Márcio Lacerda, até ontem secretário-executivo do ministério, como suposto destinatário de fundos originários de empresas do empresário Marcos Valério.

O ministro explica que a única justificativa para a menção do nome de Lacerda foi um pedido que ele fez a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, para que cuidasse da quitação de uma conta da empresa de publicidade New Trade. Ela teria atuado na campanha de Ciro à Presidência e, no segundo turno, na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

Virgílio diz crer que ministro não está envolvido

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse não acreditar que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, faça parte de esquema irregular de arrecadação de recursos. O senador fazia referência à denúncia de que o ex-secretário-executivo do ministro, Márcio Lacerda, teria recebido dinheiro das empresas de Marcos Valério.

Virgílio afirmou que se trata de um caso de caixa dois, um crime eleitoral, diferente de “roubo do dinheiro público”. O senador comparou o caso com as denúncias de envolvimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) com Marcos Valério. Para ele, essa pode ser uma tentativa de igualar a gravidade dos casos para dificultar as investigações.

Empresário teria se passado por consultor de Lula

Na reunião da CPI dos Correios, o deputado federal Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) comunicou que o ex-ministro português António Mexia, em entrevista ao jornal *Expresso* publicada em 16 do mês passado, informou que recebeu o dono da SMP&B, Marcos Valério Fernandes de Souza, na condição de consultor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A audiência, segundo o ministro, foi agendada a pedido de Miguel Horta e Costa, presidente da empresa Portugal Telecom.

Na terça-feira, o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) informou, no Conselho de Ética da Câmara, quando o deputado José Dirceu (PT-SP) prestava esclarecimentos, que emissários do PT e do PTB foram a Lisboa negociar com a Portugal Telecom uma operação para quitar dívidas dos dois partidos. Segundo Roberto Jefferson, o fato teria sido acertado com Dirceu, logo após audiência que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu a diretores da Portugal Telecom, em Brasília.



ORDEM Serraglio, Delcídio e Maguito ouvem Simone Vasconcelos dizer que só cumpria determinações de seu patrão

CPI recebe lista de 12 beneficiários de saques

A diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, listou 12 beneficiários de saques realizados nas contas da empresa na agência do Banco Rural, em Brasília. Simone contou que todas as ordens de pagamento eram dadas pelo empresário Marcos Valério. Em alguns casos, as ordens já eram nominais, mas, em outros, a diretora precisava sacar e entregar pessoalmente o montante.

A lista foi entregue ontem pela diretora da SMP&B à CPI dos Correios. Simone sacou pessoalmente, do total constante da lista, R\$ 7,77 milhões. Os saques foram feitos ao longo de 2003.

Quem, segundo Simone Vasconcelos, recebeu o dinheiro

• Jacinto Lamas, em nome do ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP)	R\$ 2,4 milhões
• Deputado José Carlos Martinez (PTB-PR), morto em acidente de avião em 2003	R\$ 700 mil
• Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB	R\$ 200 mil
• Raimundo Ferreira da Silva Junior, para o PT do Distrito Federal	R\$ 100 mil
• Aristides Junqueira, ex-procurador da República, como pagamento de trabalho que teria feito ao PT nacional	R\$ 185 mil
• João Cláudio de Carvalho Genu, assessor do deputado José Janene (PP-PR)	R\$ 1,6 milhão
• Deputado José Borba (PMDB-PR)	R\$ 1,1 milhão
• Vilmar Lacerda, para o PT do Distrito Federal	R\$ 235 mil
• Deputado Josias Gomes da Silva (PT-BA)	R\$ 100 mil
• José Luiz Alves, para o PL	R\$ 600 mil
• Roberto Costa Pinto, assessor do Ministério da Cultura	R\$ 400 mil
• Deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ)	R\$ 150 mil



Senadores da CPI dos Bingos pedem ao presidente do Banco Central a imediata liberação de pedidos de quebra de sigilo bancário, incluindo o do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. Deputado Roberto Jefferson presta novo depoimento



OBJETIVO Segundo Mão Santa, iniciativa visa oferecer ao Brasil uma esperança diante da crise política

Mão Santa vai relançar os autênticos

Mão Santa (PMDB-PI) disse que está pedindo a reedição do PMDB Autêntico, como resposta à crise política. Explicou que seu objetivo é oferecer ao Brasil uma esperança diante das denúncias de corrupção.

Segundo o senador, já compõem a nova articulação, além dele, os senadores Ramez Tebet (MS), Pedro Simon (RS), Sérgio Cabral (RJ), Garibaldi Alves (RN) e Amir Lando (RO). O grupo dos autênticos, lançado em 1973, foi um exemplo para a luta da democracia, afirmou.



CONFIANÇA Marco Maciel ressalta que o Brasil tem instituições democráticas estáveis

Para Maciel, crise política é normal

Em palestra para adidos militares estrangeiros no Brasil, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que o Brasil tem instituições democráticas estáveis e que a crise política é normal nas democracias. A palestra foi promovida pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Os problemas de governabilidade, segundo Maciel, têm origem em questões institucionais das relações do Poder Executivo com o Legislativo.

CPI do Mensalão ouve hoje Roberto Jefferson

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), confirmou para hoje o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), a partir das 9h. Na avaliação do senador, a oitiva é fundamental para dar início formal aos trabalhos da CPI e não representa a mera repetição do que já fez a CPI dos Correios.

– Acredito que podemos avançar um pouco nas denúncias que o deputado fez, uma vez que outros fatos foram apresentados em depoimentos posteriores à CPI dos Correios, bem como em entrevistas à imprensa concedidas por ele



IMPORTÂNCIA Amir Lando afirma que depoimento é fundamental para dar início formal aos trabalhos

– observou o senador.

Amir Lando considerou fundamental que a comissão realize mais duas oitivas apenas, a

do empresário Marcos Valério, acusado de operar o "mensalão", e a do ex-ministro e deputado José Dirceu (PT-SP).

Marcos Valério

O senador anunciou que a comissão ouvirá já na próxima semana o empresário Marcos Valério e seu sócio na SMP&B Comunicação, Cristiano de Mello Paz.

– Após esses depoimentos, convocaremos as pessoas que estão sendo apontadas como titulares das vantagens ilícitas – disse o senador.

A CPI também investigará denúncia de compra de votos na votação da emenda constitucional que implantou a reeleição no país, em 1997.

Comissão pede ao BC que libere sigilos

Senadores que integram a CPI dos Bingos irão hoje, às 9h, ao Banco Central exigir do presidente Henrique Meirelles a imediata liberação de cerca de 13 pedidos de quebra de sigilo bancário, incluindo o do ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz.

Os parlamentares argumentam que a solicitação foi enviada há mais de dez dias e que a demora está prejudicando os trabalhos da CPI. Deverão comparecer ao Banco Central o vice-presidente da comissão, Mozarildo Cavalcanti (PTB-



AGENDA Depois de se reunir com presidente do BC, Garibaldi vai ouvir ex-presidente da Gtech do Brasil

RR); o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

Tão logo os três senadores

retornem do Banco Central, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), iniciará a reunião destinada a ouvir Antônio Carlos Lino, ex-presidente da Gtech do Brasil, empresa que operava as loterias da Caixa Econômica Federal. Na mesma reunião, deverão depor Marcelo Rovai, ex-diretor da Gtech, e o advogado Enrico Gianelli.

Para a próxima terça-feira, estão agendados mais dois depoimentos: o do consultor Rogério Buratti e o de José Luiz Quintães, ex-assessor da Caixa e ex-consultor da Loterj.

Discursos de Lula passam dos limites, diz Jereissati

Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou ontem que a oposição cansou de tentar preservar o presidente Lula, ressaltando que seus discursos têm passado dos limites do que a oposição pode aturar. Conforme o senador, Lula ainda não entendeu a gravidade dos acontecimentos que vêm se desenrolando no país e provocando uma perplexidade internacional.

Para Jereissati, não é possí-

vel dissociar tudo o que está acontecendo da figura do presidente. Na avaliação do senador, no momento em que ele abre mão da sua responsabilidade se dizendo alheio a tudo, prova que não tem condições de ser um líder, já que o presidente é o responsável por tudo que ocorre na sua administração. A oposição, acrescentou, exige que Lula assumira as suas responsabilida-



RESPONSABILIDADE Para Tasso Jereissati, não é possível dissociar a crise da figura do presidente

des como presidente, sob pena de não representar mais o povo brasileiro.



AVALIAÇÃO "Com este governo não há salvação, mas, mesmo assim, ele deve continuar até o último dia"

ACM cobra explicações do presidente

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou ontem explicações do presidente Lula sobre as denúncias de corrupção publicadas nas últimas semanas envolvendo o governo e o PT. Ele também afirmou que a oposição não deseja o *impeachment* do presidente.

– Com este governo não há salvação, mas, mesmo assim, ele deve continuar até o último dia – sustentou o senador, acrescentando que a administração precisa funcionar.

Para Antonio Carlos, Lula deve explicar o contrato de sociedade entre a Telemar e o seu filho, Fábio Luiz, considerado irregular porque a empresa é concessionária de serviço público. O senador ainda solicitou esclarecimentos sobre o empréstimo que teria sido feito pelo PT ao presidente e sobre o seu conhecimento ou não a respeito do "mensalão".

Antonio Carlos sugeriu a administração da Bahia como modelo a ser seguido. Ele informou que o Banco Mundial emitiu um atestado mostrando que o estado tem obtido crescentes superávits primários desde 2001, graças ao aumento da arrecadação e ao controle das despesas.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) comentou o pedido de demissão do presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino, apontado como beneficiário de saques de R\$ 2,6 milhões nas contas de Marcos Valério. Demostenes Torres (PFL-GO) disse que "o Brasil pode preferir, em vez de engolir o presidente, cuspi-lo".



Enquanto Simon quer rigor no exame dos processos decorrentes de apurações das CPIs, Alvaro Dias garante já existir provas de envolvimento de deputados com o "mensalão" e Osmar Dias defende proposta que impede renúncia de denunciados

Efraim afirma que Lula sabia e deve pedir desculpas ao povo

O senador Efraim Morais (PFL-PB) disse ontem, da tribuna, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa pedir perdão ao povo brasileiro, em virtude das recentes denúncias de corrupção dentro do governo petista.

Ele lembrou parte do depoimento do ex-secretário nacional de Segurança Pública

Luiz Eduardo Soares à CPI dos Bingos. De acordo com Efraim, Soares afirmou que, juntamente com Marcelo Sereno e Waldomiro Diniz, foi responsável, a mando de José Dirceu, pela arrecadação de recursos para financiar campanhas políticas de candidatos petistas. Segundo Efraim, Sereno e Waldomiro foram "premiados" com cargos

na Casa Civil da Presidência da República quando Dirceu assumiu como ministro, "para continuarem arrecadando recursos para financiar campanhas de políticos do PT".

Na opinião do senador, o depoimento de Soares deixou claro que o Partido dos Trabalhadores drenou recursos públicos com o objetivo de "per-

petuar o partido no poder".

– Será que o presidente não sabia de nada? Ele foge das explicações que deve dar ao povo brasileiro. Não é possível que não saiba o que está acontecendo neste país, não saiba que seu partido está roubando o Brasil. Não adianta tentar enganar o povo. Lula deve pedir perdão ao povo – enfatizou.



CARGOS Efraim diz que Marcelo Sereno e Waldomiro Diniz foram "premiados" na Casa Civil

Roosevelt Pinheiro

Simon espera ação rigorosa de procurador com acusados

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) espera que o procurador-geral da República, Antonio Fernandes de Souza, aja com rigor em relação ao exame de processos decorrentes dos relatórios das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) em andamento no Congresso.

Ele justificou sua preocupação lembrando que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o então procurador-geral, Geraldo Brindeiro, ficou conhecido como "engavetador de processos das CPIs". O fato, assinalou, gerou descrédito da população no que se refere ao trabalho dessas comissões.

– Cabe à promotoria pública, representada pelo procurador-geral, não deixar que uma dúzia de parlamentares deixem de ser processados por terem renunciado aos mandatos



APELO Pedro Simon sugere que Procuradoria Geral da República dê andamento aos relatórios das CPIs

– enfatizou, ressaltando que as CPIs não têm a prerrogativa de prender ou obrigar qualquer pessoa a devolver recursos da União, responsabilidade que cabe à Justiça.

Simon também criticou a interferência dos então líderes dos partidos da bancada do

governo em relação à CPI que iria apurar denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu na Casa Civil.

– Há um ano e nove meses poderíamos ter evitado as três CPIs que estão em funcionamento para investigar a corrupção, mas os líderes se reuniram e não deixaram – protestou o senador pelo Rio Grande do Sul, denunciando que uma reunião de líderes, feita ontem, também teria o objetivo de firmar acordo no sentido de se abafar os resultados das comissões de inquérito.

Pedro Simon avaliou que as apurações das CPIs demonstram que os números da corrupção nos últimos anos de governo superam claramente os montantes de recursos públicos desviados durante o governo Collor, que foi forçado a renunciar.

Osmar quer evitar renúncia de denunciados

O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), defendeu ontem um projeto de resolução de sua autoria que impede a renúncia de parlamentares depois de já terem sido denunciados no Conselho de Ética. O senador fez referência à renúncia de Valdemar Costa Neto, que era deputado federal pelo PL e presidente do partido, e que está entre os principais acusados de participar do esquema do "mensalão".

Osmar Dias explicou que o objetivo é evitar que os parlamentares sob acusação no Conselho de Ética utilizem a renúncia como artifício para manter seus direitos políticos e, assim, candidatar-se ao mesmo cargo em outra eleição. Ao destacar a importância da proposta, ele ressaltou que "se prenuencia" no Congresso o uso desse expediente em meio às denúncias de corrupção.

– O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e já está na Mesa. Por isso, solicito que seja colocado em pauta. Acho oportuno que o assunto seja votado pelos senadores – sustentou.



PRECAUÇÃO Osmar Dias tem um projeto de resolução, já aprovado na CCJ, implantando a medida

Roosevelt Pinheiro

Renan Calheiros nega acordo para abafar CPIs

A acusação de que os líderes partidários estariam procurando chegar a um acordo para abafar as investigações das comissões parlamentares de inquérito que estão em andamento no Congresso, feita pelo senador Pedro Simon, foi respondida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Renan esclareceu que a reunião teve como finalidade ajustar os calendários das comissões permanentes do Senado e das CPIs.

– Em todo momento dei força às investigações e defendi as comissões de inquérito. O



CALENDÁRIO Renan assegura que reuniu os líderes para estabelecer datas e horários para as comissões

Congresso retoma a sua legitimidade e a sua responsabilidade por meio da investigação – argumentou o presidente

do Senado, explicando que é preciso estabelecer datas e horários de forma que todas as comissões, inclusive as CPIs, possam funcionar.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou a atuação de Renan na Presidência do Senado e criticou Pedro Simon, dizendo que ele, às vezes, comete injustiças.

Luiz Otávio (PMDB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também apoiaram o presidente do Senado e a iniciativa de organizar a agenda das comissões.



PROCESSO Para Alvaro Dias, o envolvimento de alguns deputados com o "mensalão" está comprovado

Existem provas para cassação, afirma Alvaro

Já é possível instaurar os processos de cassação de parlamentares, pois existem "provas irrefutáveis" do envolvimento de alguns deputados com o esquema do "mensalão". Essa posição foi manifestada ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), para quem as provas seriam as listas fornecidas por Simone e por Marcos Valério contendo nomes de parlamentares que fizeram saques nas contas de agências do empresário.

– Precisamos agilizar esse processo para evitar renúncias – preveniu Alvaro Dias, dizendo que os acusados podem renunciar para evitar a perda de direitos políticos e poderem se candidatar nas próximas eleições.

O senador também denunciou a evasão de mais de R\$ 1 milhão de reais para o exterior, feita pelas agências de Marcos Valério, utilizando a firma Guaranhuns, pertencente a uma empresa sediada em Montevideu chamada Export Trading, que tem contas nas Ilhas Cayman.

Moreira Moritz

Roosevelt Pinheiro

Jane Araújo



Agripino, Virgílio e José Jorge criticam depoimento de José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara; Bezerra adverte para impacto negativo das denúncias no estrangeiro; líderes e presidente do Senado definem horários para racionalizar trabalhos

Agripino vê incoerências no depoimento de Dirceu

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), afirmou que o depoimento do ex-ministro José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara foi “um festival de incoerências e de fatos não explicados”. O senador disse que as investigações estão mostrando que os recursos operados pelo empresário Marcos Valério e membros do PT não se destinavam apenas a campanhas eleitorais, ao contrário do que haviam declarado tanto Valério como Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT.

– Pelos números avaliados até agora, já se sabe que o dinheiro movimentado por Valério foi utilizado, por exemplo, para a festa de posse do presidente da



DESVIO Apuração mostra que os recursos não se destinavam apenas a campanhas eleitorais, diz Agripino

República, para o pagamento de R\$ 550 mil a um advogado que defenderia a imagem do PT no caso Santo André e para pa-

gar R\$ 15 milhões à empresa de Duda Mendonça, o marqueteiro do presidente. Além disso, há transferências para diretórios regionais do PT e para líderes desse partido. Ou seja, nada relacionado a crime eleitoral, a financiamento irregular de campanha.

Agripino também destacou a acusação feita pelo deputado Roberto Jefferson durante o depoimento de José Dirceu – de que o ex-ministro da Casa Civil teria promovido uma “aproximação” entre o presidente Lula e o grupo Portugal Telecom no final do ano passado, para que posteriormente PT e PTB pudessem obter recursos com a multinacional.

Virgílio: ex-ministro não disse a verdade ao conselho

Consulta formulada ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, serviu para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), desqualificar o depoimento do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, prestado na terça-feira ao Conselho de Ética da Câmara. Após Renan afirmar, com base no artigo 55 da Constituição, que a cassação de parlamentares por falta de decoro só se aplica aos que estão no exercício da função, Virgílio argumentou que o “heroísmo”

de Dirceu, de não querer renunciar, devia-se à certeza de que, na condição de ministro, só poderia ser julgado por crime de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal.

– Ele não precisava renunciar porque estava amparado pela Constituição e não estava exposto ao mesmo perigo de perda de mandato que levou Valdemar Costa Neto a renunciar – concluiu Virgílio. Para ele, por um “sentimento subjetivo”, seria possível afirmar que Dir-



POSTURA Virgílio afirma que Dirceu não renuncia porque, como ex-ministro, só pode ser julgado no STF

ceu mentiu no depoimento. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou que Arthur Virgílio estava fazendo um julgamento prévio.

José Jorge: deputado tem de assumir erros

Ao analisar o depoimento de José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara, o senador José Jorge (PFL-PE) cobrou, ontem, do ex-ministro-chefe da Casa Civil a responsabilidade sobre os empréstimos feitos pelo Partido dos Trabalhadores por meio das empresas de Marcos Valério.

O senador considerou “decepcionantes” as declarações prestadas por Dirceu em seu depoimento, e criticou a postura do deputado petista em atribuir a responsabilidade dos empréstimos ao ex-tesoureiro

do PT Delúbio Soares, ao ex-secretário-geral Sílvio Pereira e ao ex-secretário de Comunicação Marcelo Sereno.

– Dirceu se acovardou, não disse a verdade, colocou nas costas de auxiliares a responsabilidade por tudo de errado que o partido fez. Delúbio, Silvinho e Sereno eram apenas funcionários, não poderiam tomar empréstimos de R\$ 50 milhões sem nenhuma autorização. Se não foi o presidente Lula, José Dirceu tem de assumir que foi ele – ressaltou o líder da Minoria.

José Jorge disse ainda não aceitar argumento de Dirceu, segundo o qual não poderá ter seu mandato cassado, uma vez que os fatos denunciados ocorreram enquanto estava licenciado da Câmara. Para o senador por Pernambuco, um parlamentar tem de respeitar o decoro, ainda que não esteja no exercício do mandato.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou apoio ao discurso de José Jorge, lamentando que “a verdade é que a esperança afogou-se no mar da corrupção”.



Gerardo Magela

DECISÃO Medida adotada em reunião dos líderes com Renan Calheiros visa garantir bom andamento do trabalho legislativo e das investigações

CPIs e comissões técnicas terão horários diferentes

Acordo firmado ontem em reunião das lideranças partidárias com o presidente do Senado, Renan Calheiros, determina que as comissões permanentes e as de inquérito deverão ter novos horários de funcionamento. A medida visa organizar e compatibilizar o andamento dos trabalhos legislativos com as investigações em curso. Renan explicou que a mudança ainda depende de aprovação do Plenário.

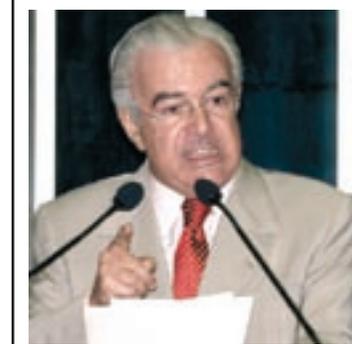
Segundo o acordo firmado, as comissões permanentes funcionarão entre 9h30 e 11h30. A partir deste horário, trabalharão as comissões parlamentares de inquérito.

– Nós ainda não temos em pleno funcionamento a CPI do Mensalão. É uma tentativa de arrumar melhor os trabalhos para que a investigação tenha a celeridade que todo mundo

cobra. Mas precisamos que o Congresso ande como um todo – assinalou o presidente do Senado.

Para Renan, a preocupação maior deve ser com o aprofundamento das investigações, para poder restaurar o respeito e a credibilidade do Congresso. Ele lembrou que as comissões permanentes funcionaram juntamente com a CPI dos Correios e que, no primeiro semestre, vários colegiados esgotaram suas pautas e o Senado aprovou mais de mil matérias.

Renan disse que fará o que for preciso para mudar a legislação e dificultar a renúncia de parlamentares antes que seja aberto processo de cassação de mandato. “A lei era pior, já foi melhorada, mas eu entendo, e os fatos demonstram, que ela precisa ser melhorada ainda mais”, frisou.



Roosevelt Pinheiro

REFLEXO Segundo Bezerra, noticiário se alastra pelo mundo de forma negativa

Bezerra teme a repercussão no exterior

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, manifestou sua preocupação com os impactos negativos da corrupção

nos investimentos internacionais no Brasil. Segundo observou, o noticiário sobre os acontecimentos internos começou tímido, “mas alastrou-se pelo mundo de forma impressionante”.

– Inicialmente pelos canais de televisão e depois por jornais importantes como *The New York Times*, *El País*, *Washington Post*, *Le Monde* e outros – ressaltou.

De acordo com Bezerra, esse impacto negativo distancia o cenário econômico nacional de um ambiente de “negócios limpos”. O senador lembrou que, há poucos dias, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, em visita ao Brasil, fez questão de assinalar que a corrupção é um impedimento ao crescimento e à prosperidade.



TRAMITAÇÃO Proposta de Antonio Carlos Magalhães (à esquerda, com Jorge Bornhausen) foi acolhida pela Comissão de Justiça e segue para exame da CAE

Projeto dá ao Cade poder para intervir nos bancos

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) poderá ter poderes para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no sistema financeiro nacional. É o que prevê o projeto de lei complementar do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 412/03) acrescenta o artigo 45-A à Lei 4.595/64 para delegar o poder ao Cade. Atualmente, pelo artigo 45, as instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas à intervenção somente do Banco Central do Brasil ou à liquidação extrajudicial. Segundo ACM, sua proposta não se coloca contra o Banco Central.

– O projeto dá maior efetividade à defesa da concorrência no sistema financeiro. Acredito que contribuirá para ajustar o Banco Central à introdução do novo modelo institucional, que prevê a sua autonomia operacional – explicou.

O senador José Jorge (PFL-PE), relator da matéria, disse que a proposta atende ao artigo 192 da Constituição federal, “o qual dispõe que o sistema financeiro nacional será regu-

lado por leis complementares”. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Autoridades

A CCJ aprovou ainda proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e outros parlamentares que permite ao Senado convocar para prestação de contas as autoridades que têm sua indicação aprovada por voto secreto (PEC 58/04).

Conforme os incisos III e IV do artigo 52 da Constituição federal, trata-se de magistrados, nos casos estabelecidos pela Carta Magna; ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) indicados pelo presidente da República; governador de território; presidente e diretores do Banco Central; procurador-geral da República; e chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o relator, senador José Jorge, trata-se de importante medida para complementar o papel do Senado. A PEC vai a Plenário.

Também foi acolhido projeto que transforma o Centro de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica (PLC 35/05). A matéria, elogiada pelo relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG), segue para a Comissão de Educação (CE).

Gestão de portos no Paraná será debatida em audiência

O projeto que susta o Convênio de Delegação 37/01, celebrado entre a União, por meio do Ministério dos Transportes, e o estado do Paraná, para a exploração e administração dos portos de Paranaguá e Antonina (PDS 344/05) será discutido em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento para a realização do debate, de autoria do senador Osmar

Dias (PDT-PR), foi aprovado ontem pela CCJ. A data ainda será marcada.

De acordo com Osmar, o PDS susta o convênio por motivo de denúncias de irregularidades na gestão dos portos.

– Não se pode sustar um convênio de tamanha importância sem ouvir os principais envolvidos e interessados no bom funcionamento dos portos em questão – afirmou.

Aprovado pela CCJ fim do dízimo para partidos

■ Projeto veda cobrança de contribuição de filiado que ocupa cargo público. Matéria segue para a Câmara

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador José Jorge (PFL-PE) que veda aos partidos políticos cobrar contribuição obrigatória dos filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública.

O projeto (PLS 384/03), relatado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), tem decisão terminativa na CCJ e segue para a Câmara, caso não seja apresentado recurso para sua votação no Plenário do Senado. O parecer acrescenta ao artigo 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos o parágrafo 1º para vedar a cobrança. O autor afirma, na justificativa da proposta, que a prática de cobrança de contri-

buição constitui verdadeiro abuso por parte do partido político, que nomeia servidores não por critérios técnicos, mas, sim, políticos.

A proposta foi aprovada com emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que figurará como parágrafo 2º do artigo 31. Ela estabelece que “os partidos, em seus estatutos, podem estabelecer limitações à participação nas suas instâncias decisórias dos filiados que optem por não fazer contribuições pecuniárias”. Segundo Mercadante, a medida é importante para evitar que filiados que não contribuem possam votar e ser votados.

– É um direito do partido determinar se o filiado que não contribui com o partido está apto ou não a participar das decisões partidárias – explicou.

Compra de votos

A CCJ aprovou também substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto do próprio senador

(PLS 76/03) que proíbe a compra de votos, nas eleições, “desde a escolha do candidato na convenção partidária” e não mais “a partir do registro da candidatura”, como estabelece a Lei Eleitoral (9.504/97).

De acordo com o substitutivo aprovado pelo relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), constitui venda de voto doar, prometer ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive função pública. Valadares lembrou que seu projeto ratifica decisão dos tribunais, que “já têm decidido que a venda do voto deve ser proibida desde a convenção partidária”. O projeto dá prazo de 60 dias para propositura da ação competente e estabelece que as penalidades previstas – multa de mil a 50 mil Ufirs e cassação do registro ou diploma – tenham eficácia após a publicação da respectiva decisão judicial. A matéria tem decisão terminativa na CCJ.



CRÍTICA Autor da proposta, José Jorge (D) afirma que a cobrança leva à nomeação de servidores por critérios políticos

Crime de racismo pode ter definição ampliada

Parecer favorável ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na qual receberá decisão terminativa.

O relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), considera que a proposta de Paim (PLS 309/04) preenche lacunas da legislação atual (Lei 7.716/89), que impedem o enquadramento de conduta com conotação racista.

O artigo 20 da referida lei, explica o relator, traz apenas

três possibilidades de ação – “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” – e não descreve o objeto da conduta reprovável. A proposta, salienta Tourinho, prevê seis ações – “negar, impedir, interromper, restringir, constringer ou dificultar, por motivo de preconceito racial, religioso, étnico ou de origem, o exercício de direito assegurado a outra pessoa”.

Emenda apresentada pelo relator mantém artigo da lei atual que combate a veiculação de propaganda nazista.

A CCJ aprovou ainda parecer a projeto (PLC 2/05) que obriga fabricante ou importador



LACUNAS Projeto de autoria de Paim detalha o enquadramento de conduta com conotação racista

de calçado, bolsa e estofado a identificar o material usado nos produtos. O projeto, relatado por Ramez Tebet (PMDB-MS), foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



ISCA Segundo César Borges, se os juros caírem, os investidores estrangeiros fugirão do Brasil

César Borges: economia está fragilizada

O senador César Borges (PFL-BA) disse da tribuna que “infelizmente” tem de concordar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alertou para a fragilidade da economia.

– A dívida pública não está sob controle e, se os juros caírem, os investidores estrangeiros fugirão do Brasil – afirmou.

César Borges disse que torce para que a crise política não contamine a economia e manifestou seu temor pelo país se isso acontecer. Ele sustentou ainda que o presidente não reconhece que o Brasil esteja enfrentando uma crise, a ponto de ter dito a jornalistas, depois de questionado se seu governo poderia sofrer abalos, que isso “depende da imprensa”.

TSE convoca Renan Calheiros para sorteio

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, assinou edital convocando o presidente do Senado e da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, Renan Calheiros, para participar do sorteio da ordem de colocação das opções “sim” e “não” na cédula e na urna eletrônica a serem utilizadas no referendo em que a população dirá se deseja ou não proibir o comércio de armas de fogo e munições no Brasil. O sorteio será na próxima terça-feira, às 19h.

O edital convoca também o presidente da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF). O referendo em que a população se manifestará sobre o comércio de armas e munições ocorrerá no dia 23 de outubro.

Senado aprova créditos de R\$ 586 mi para ministérios

■ Mas a MP do Salário Mínimo fica para a próxima terça. Ela tranca a pauta, pois foi editada há mais de 45 dias

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de conversão da Medida Provisória 247/05, que autoriza a liberação de R\$ 586 milhões para vários ministérios, os quais serão usados em mais de dez áreas, entre elas alimentação e atendimento médico-hospitalar das Forças Armadas e pagamento de bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os ministérios já contavam com o dinheiro, que sairia da desvinculação parcial de *royalties* e compensações financeiras

da exploração de petróleo e gás. Mas a mudança não foi aprovada pelo Congresso, o que exigiu do governo a edição da MP para garantir a manutenção dos programas. Apenas três projetos são novos – a conclusão de uma ponte rododiferroviária no rio Paraná (entre São Paulo e Mato Grosso do Sul), o reinício de obras de melhoria da BR-153 no Triângulo Mineiro e a realização do evento Ano Brasil na França.

O projeto de conversão foi aprovado por votação simbólica, depois de críticas de alguns senadores ao uso de medidas provisórias para liberação de verbas orçamentárias, entre eles Heráclito Fortes (PFL-PI). Para o senador, o uso de MP para liberar R\$ 23 milhões para o Ano Brasil na França mostra falta de planejamento do governo, pois

o evento estava programado havia tempos e o dinheiro deveria constar do Orçamento da União para este ano. O relator da matéria foi o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Reunidos com o presidente do Senado, Renan Calheiros, antes da votação, os líderes partidários decidiram que o segundo item da pauta de votações – a MP que aumentou o salário mínimo de R\$ 280 para R\$ 300 – será examinado na próxima terça-feira. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), informou que pretende reunir sua bancada antes da votação, para uma tomada de posição. A MP do Salário Mínimo está obstruindo a pauta de votações do Senado, pois foi editada pelo presidente da República há mais de 45 dias.



AVAL Segundo a proposta de Eduardo Suplicy, acordos teriam que ser aprovados pelo Congresso

Suplicy propõe regular política externa do país

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 189/03), de sua autoria, que fixa objetivos e métodos para a participação do governo brasileiro em negociações internacionais. Pelo projeto, qualquer acordo só seria firmado após avaliação feita pelo Congresso.

A proposta ainda determina que a política externa brasileira deveria usar o comércio internacional como instrumento básico do desenvolvimento econômico e social do país.

Presidente da SBPC diz que é “criminosa” a retenção de recursos

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti, considerou uma “atitude criminosa” o contingenciamento, pelo governo federal, de recursos destinados à ciência e à tecnologia. A afirmação foi feita em audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia para discutir projetos de pesquisa fomentados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) por intermédio dos fundos setoriais. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE) e é presidida pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

Segundo Candotti, o Minis-

tério da Fazenda retém atualmente R\$ 3 bilhões que seriam destinados ao financiamento de pesquisas. Ele disse que os pesquisadores já avaliam a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir o repasse das verbas, caso não seja possível um acordo entre a comunidade científica e a equipe econômica.

– A retenção dos recursos, sutilmente desviados com métodos requintados que se revestem de legalidade duvidosa, impede o Brasil de crescer e multiplicar conhecimentos entre todos os setores que participam do desenvolvimento científico e tecnológico – avaliou.

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia, Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, pediu que os parlamentares empenhassem-se na aprovação do projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados (PLS 85/01).

Na avaliação de Flávio Arns, a audiência de ontem contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação de incentivo à pesquisa. “O orçamento do Executivo é limitado”, reconheceu o presidente da subcomissão.



RETORNO Marcelo Crivella viajou com emigrantes ilegais em voo pago pelo governo norte-americano

Crivella une-se a brasileiros em regresso dos EUA

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), acompanhou a viagem de volta ao Brasil de 318 brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos por entrada irregular no país. Em entrevista à Agência Senado, por telefone, o senador relatou que ouviu depoimentos “comoventes e dramáticos”. O grupo chegou ontem ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, vindo do estado do Texas em dois voos fretados pelo governo norte-americano.



DEBATE Candotti, presidente da SBPC (E); senador Flávio Arns; Nicolsky, diretor da Protec; e Canto, presidente da Finep

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti e Teotônio Vilela